



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	<p>Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.</p>	<p>Dispõe sobre a Medida Provisória nº 786, de 13 de julho de 2017, que dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF.</p>	<p>Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).</p>
	<p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:</p>	<p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p>	<p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p>

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
(Elaboração: 22/11/2017 16:42)



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	<p>Art. 1º Fica a União autorizada a participar de fundo que tenha por finalidade exclusiva financiar serviços técnicos profissionais especializados, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).</p>	<p>Art. 1º Fica a União autorizada a participar de fundo que tenha por finalidade exclusiva financiar serviços técnicos profissionais especializados, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em regime isolado ou consorciado, até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).</p>	<p>Art. 1º Fica a União autorizada a participar de fundo que tenha por finalidade exclusiva financiar serviços técnicos profissionais especializados, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em regime isolado ou consorciado, até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).</p>
		<p>Parágrafo único. Até 40% (quarenta por cento) dos recursos de que trata o caput serão preferencialmente utilizados em projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.</p>	<p>Parágrafo único. Até 40% (quarenta por cento) dos recursos de que trata o caput deste artigo serão preferencialmente utilizados em projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.</p>
	<p>Art. 2º O fundo a que se refere o art. 1º será criado, administrado e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada direta ou indiretamente pela União e funcionará sob o regime de cotas.</p>	<p>Art. 2º O fundo a que se refere o art. 1º será criado, administrado e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada direta ou indiretamente pela União e funcionará sob o regime de cotas.</p>	<p>Art. 2º O fundo a que se refere o art. 1º desta Lei será criado, administrado e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada direta ou indiretamente pela União e funcionará sob o regime de cotas.</p>
	<p>§ 1º As cotas poderão ser adquiridas e integralizadas por pessoas jurídicas de</p>	<p>§ 1º As cotas poderão ser adquiridas e integralizadas por pessoas jurídicas de</p>	<p>§ 1º As cotas poderão ser adquiridas e integralizadas por pessoas jurídicas de</p>

█ Texto alterado █ Texto revogado █ Texto excluído ▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	direito público e pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, estatais ou não estatais.	direito público e pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, estatais ou não estatais.	direito público e pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, estatais ou não estatais.
	§ 2º O fundo não terá personalidade jurídica própria, assumirá natureza jurídica privada e patrimônio segregado do patrimônio dos cotistas e da instituição administradora.	§ 2º O fundo não terá personalidade jurídica própria, assumirá natureza jurídica privada e patrimônio segregado do patrimônio dos cotistas e da instituição administradora.	§ 2º O fundo não terá personalidade jurídica própria, assumirá natureza jurídica privada e patrimônio segregado do patrimônio dos cotistas e da instituição administradora.
	§ 3º O patrimônio do fundo será constituído:	§ 3º O patrimônio do fundo será constituído:	§ 3º O patrimônio do fundo será constituído:
	I - pela integralização de cotas;	I – pela integralização de cotas;	I – pela integralização de cotas;
	II - pelas doações de estados estrangeiros, organismos internacionais e multilaterais;	II – pelas doações de estados estrangeiros, organismos internacionais e multilaterais;	II – pelas doações de estados estrangeiros, organismos internacionais e multilaterais;
	III - pelos reembolsos dos valores despendidos pelo agente administrador na contratação dos serviços de que trata o art. 1º;	III – pelos reembolsos dos valores despendidos pelo agente administrador na contratação dos serviços de que trata o art. 1º;	III – pelos reembolsos dos valores despendidos pelo agente administrador na contratação dos serviços de que trata o art. 1º desta Lei;
	IV - pelo resultado das aplicações financeiras dos seus recursos; e	IV – pelo resultado das aplicações financeiras dos seus recursos; e	IV – pelo resultado das aplicações financeiras dos seus recursos; e
	V - pelos recursos derivados de alienação de bens e direitos, ou de publicações, material técnico, dados e informações.	V – pelos recursos derivados de alienação de bens e direitos, ou de publicações, material técnico, dados e informações.	V – pelos recursos derivados de alienação de bens e direitos, ou de publicações, material técnico, dados e informações.
	§ 4º O estatuto do fundo disporá sobre:	§ 4º O estatuto do fundo disporá sobre:	§ 4º O estatuto do fundo disporá sobre:
	I – as atividades e os serviços técnicos	I – as atividades e os serviços técnicos	I – as atividades e os serviços técnicos

█ Texto alterado █ Texto revogado █ Texto excluído ▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

(Elaboração: 22/11/2017 16:42)



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	necessários à estruturação e ao desenvolvimento das concessões e das parcerias público-privadas passíveis de contratação;	necessários à estruturação e ao desenvolvimento das concessões e das parcerias público-privadas passíveis de contratação na União, nos Estados, no Distrito-Federal e nos Municípios, em regime isolado ou consorciado;	necessários à estruturação e ao desenvolvimento das concessões e das parcerias público-privadas passíveis de contratação na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, em regime isolado ou consorciado;
	II - a forma de remuneração da instituição administradora do fundo;	II – a forma de remuneração da instituição administradora do fundo;	II – a forma de remuneração da instituição administradora do fundo;
	III - os limites máximos de participação do fundo no financiamento das atividades e dos serviços técnicos por projeto;	III – os limites máximos de participação do fundo no financiamento das atividades e dos serviços técnicos por projeto;	III – os limites máximos de participação do fundo no financiamento das atividades e dos serviços técnicos por projeto;
	IV - o chamamento público para verificar o interesse dos entes federativos em realizar concessões e parcerias público-privadas; e	IV – o chamamento público para verificar o interesse dos entes federativos, em regime isolado ou consorciado, em realizar concessões e parcerias público-privadas; e	IV – o chamamento público para verificar o interesse dos entes federativos, em regime isolado ou consorciado, em realizar concessões e parcerias público-privadas; e
	V - o procedimento para o reembolso de que trata o inciso III do § 3º.	V – o procedimento para o reembolso de que trata o inciso III do § 3º.	V – o procedimento para o reembolso de que trata o inciso III do § 3º deste artigo.
	§ 5º O agente administrador poderá celebrar contratos, acordos ou ajustes que estabeleçam deveres e obrigações necessários à realização de suas finalidades, desde que as obrigações assumidas não ultrapassem a disponibilidade financeira do fundo.	§ 5º O agente administrador poderá celebrar contratos, acordos ou ajustes que estabeleçam deveres e obrigações necessários à realização de suas finalidades, desde que as obrigações assumidas não ultrapassem a disponibilidade financeira do fundo.	§ 5º O agente administrador poderá celebrar contratos, acordos ou ajustes que estabeleçam deveres e obrigações necessários à realização de suas finalidades, desde que as obrigações assumidas não ultrapassem a disponibilidade financeira do fundo.

█ Texto alterado █ Texto revogado █ Texto excluído ▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 6º O agente administrador e os cotistas do fundo não responderão por obrigações do fundo, exceto pela integralização das cotas que subscreverem.	§ 6º O agente administrador e os cotistas do fundo não responderão por obrigações do fundo, exceto pela integralização das cotas que subscreverem.	§ 6º O agente administrador e os cotistas do fundo não responderão por obrigações do fundo, exceto pela integralização das cotas que subscreverem.
	§ 7º O fundo não pagará rendimentos aos seus cotistas, aos quais será assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas por meio da liquidação com base na situação patrimonial do fundo, hipótese em que será vedado o resgate de cotas em valor superior ao montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às estruturações integradas já contratadas, nos termos do estatuto do fundo.	§ 7º O fundo não pagará rendimentos aos seus cotistas, aos quais será assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas por meio da liquidação com base na situação patrimonial do fundo, hipótese em que será vedado o resgate de cotas em valor superior ao montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às estruturações integradas já contratadas, nos termos do estatuto do fundo.	§ 7º O fundo não pagará rendimentos aos seus cotistas, aos quais será assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas por meio da liquidação com base na situação patrimonial do fundo, hipótese em que será vedado o resgate de cotas em valor superior ao montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às estruturações integradas já contratadas, nos termos do estatuto do fundo.
	§ 8º As contratações de estudos, planos e projetos obedecerão aos critérios estabelecidos pela instituição administradora e serão realizadas na forma estabelecida na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 , em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.	§ 8º As contratações de estudos, planos e projetos obedecerão aos critérios estabelecidos pela instituição administradora e serão realizadas na forma estabelecida na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 , em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.	§ 8º As contratações de estudos, planos e projetos obedecerão aos critérios estabelecidos pela instituição administradora e serão realizadas na forma estabelecida na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 , em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 9º O fundo não contará com qualquer tipo de garantia por parte da administração pública direta e indireta e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes do seu patrimônio.	§ 9º O fundo não contará com qualquer tipo de garantia por parte da administração pública direta e indireta e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes do seu patrimônio.	§ 9º O fundo não contará com qualquer tipo de garantia por parte da Administração Pública direta e indireta e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes do seu patrimônio.
	Art. 3º A participação da União ocorrerá por meio da integralização de cotas em moeda corrente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.	Art. 3º A participação da União ocorrerá por meio da integralização de cotas em moeda corrente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.	Art. 3º A participação da União ocorrerá por meio da integralização de cotas em moeda corrente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.
	§ 1º A integralização de cotas pela União fica condicionada à submissão prévia do estatuto do fundo pela instituição administradora, observado o disposto no § 4º do art. 2º.	§ 1º A integralização de cotas pela União fica condicionada à submissão prévia do estatuto do fundo pela instituição administradora, observado o disposto no § 4º do art. 2º.	§ 1º A integralização de cotas pela União fica condicionada à submissão prévia do estatuto do fundo pela instituição administradora, observado o disposto no § 4º do art. 2º desta Lei.
	§ 2º A representação da União na assembleia de cotistas ocorrerá na forma estabelecida no inciso V do caput do art. 10 do <u>Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967</u> .	§ 2º A representação da União na assembleia de cotistas ocorrerá na forma estabelecida no inciso V do caput do art. 10 do <u>Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967</u> .	§ 2º A representação da União na assembleia de cotistas ocorrerá na forma estabelecida no inciso V do caput do art. 10 do <u>Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967</u> .
	Art. 4º Fica criado o Conselho de Participação no fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do	Art. 4º Fica criado o Conselho de Participação no fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do	Art. 4º Fica criado o Conselho de Participação no fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
(Elaboração: 22/11/2017 16:42)



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	Distrito Federal e dos Municípios, órgão colegiado que terá sua composição, sua forma de funcionamento e sua competência estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.	Distrito Federal e dos Municípios, órgão colegiado que terá sua composição, sua forma de funcionamento e sua competência estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.	Distrito Federal e dos Municípios, em regime isolado ou consorciado , órgão colegiado que terá sua composição, sua forma de funcionamento e sua competência estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.
			§ 1º A representação dos Municípios, isolados ou consorciados, deverá ser realizada por entidades de abrangência nacional, de representação municipal.
	Parágrafo único. Quando houver integralização de cotas pela União no fundo, o Conselho de Participação será responsável por orientar a participação da União na assembleia de cotistas quanto à definição:	§ 1º Quando houver integralização de cotas pela União no fundo, o Conselho de Participação será responsável por orientar a participação da União na assembleia de cotistas quanto à definição:	§ 2º Quando houver integralização de cotas pela União no fundo, o Conselho de Participação será responsável por orientar a participação da União na assembleia de cotistas quanto à definição:
	I - da política de aplicação dos recursos do fundo; e	I – da política de aplicação dos recursos do fundo; e	I – da política de aplicação dos recursos do fundo; e
	II - dos setores prioritários para alocação dos recursos do fundo.	II – dos setores prioritários para alocação dos recursos do fundo.	II – dos setores prioritários para alocação dos recursos do fundo.
		§ 2º O Conselho referido no caput obrigatoriamente terá em sua composição membros da sociedade civil.	^
			§ 3º Os empreendimentos localizados nas unidades da Federação habilitadas para o

█ Texto alterado █ Texto revogado █ Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
(Elaboração: 22/11/2017 16:42)



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
			Regime de Recuperação Fiscal, conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017 , terão preferência no apoio financeiro do fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas.
	Art. 5º O agente administrador poderá ser contratado diretamente, mediante dispensa de licitação, por entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, direta e indireta, para desenvolver, com recursos do fundo, as atividades e os serviços técnicos necessários para viabilizar a licitação de projetos de concessão e de parceria público-privada, hipótese em que poderão ser incluídos a revisão, o aperfeiçoamento ou a complementação de trabalhos anteriormente realizados.	Art. 5º O agente administrador poderá ser contratado diretamente, mediante dispensa de licitação, por entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, direta e indireta, para desenvolver, com recursos do fundo, as atividades e os serviços técnicos necessários para viabilizar a licitação de projetos de concessão e de parceria público-privada, hipótese em que poderão ser incluídos a revisão, o aperfeiçoamento ou a complementação de trabalhos anteriormente realizados.	Art. 5º O agente administrador poderá ser contratado diretamente, mediante dispensa de licitação, por entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, direta e indireta, para desenvolver, com recursos do fundo, as atividades e os serviços técnicos necessários para viabilizar a licitação de projetos de concessão e de parceria público-privada, hipótese em que poderão ser incluídos a revisão, o aperfeiçoamento ou a complementação de trabalhos anteriormente realizados.
	Parágrafo único. As atividades e os serviços técnicos previstos no caput poderão ser objeto de contratação única.	Parágrafo único. As atividades e os serviços técnicos previstos no caput poderão ser objeto de contratação única.	Parágrafo único. As atividades e os serviços técnicos previstos no caput deste artigo poderão ser objeto de contratação única.

█ Texto alterado █ Texto revogado █ Texto excluído ▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
(Elaboração: 22/11/2017 16:42)



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004		Art. 6º A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 , passa a vigorar com a seguinte alteração:	Art. 6º O art. 2º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.		“Art. 2º.....	“Art. 2º
§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:		§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:	§ 4º
I – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);		I – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);	I – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);"(NR)
II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou		II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou	^
III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.		III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública^	^
		§ 5º Para os contratos de parcerias público-privadas cujos valores situam entre R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), será adotado procedimento simplificado de licitação e contratação, a	^

█ Texto alterado █ Texto revogado █ Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
(Elaboração: 22/11/2017 16:42)



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
		ser regulamentado por ato do Poder Executivo. "(NR)	
	Art. 6º A Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 7º A Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 7º A Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 , passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 2º-A e 2º-B:
	"Art. 2º-A. As atribuições de propor e discriminar as ações do PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória de que trata o art. 2º serão exercidas pelo Ministro de Estado responsável pela ação orçamentária quando se tratar de programações incluídas ou acrescidas na tramitação da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 , com identificador de resultado primário 3, desde que atendidos os seguintes requisitos:	"Art. 2º-A. As atribuições de propor e discriminar as ações do PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória de que trata o art. 2º serão exercidas pelo Ministro de Estado responsável pela ação orçamentária quando se tratar de programações incluídas ou acrescidas na tramitação da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 , com identificador de resultado primário 3, desde que atendidos os seguintes requisitos:	"Art. 2º-A. As atribuições de propor e discriminar as ações do PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória de que trata o art. 2º desta Lei serão exercidas pelo Ministro de Estado responsável pela ação orçamentária quando se tratar de programações incluídas ou acrescidas na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 , com identificador de resultado primário 3, desde que atendidos os seguintes requisitos:

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
(Elaboração: 22/11/2017 16:42)



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	I - sejam empreendimentos destinados a investimento, relativos ao grupo de natureza de despesa 4 - GND 4, e cujos valores previstos sejam suficientes para a conclusão do empreendimento ou de etapa útil com funcionalidade que permita o usufruto imediato dos benefícios pela sociedade; e	I – sejam empreendimentos destinados a investimento, relativos ao grupo de natureza de despesa 4 – GND 4, e cujos valores previstos sejam suficientes para a conclusão do empreendimento ou de etapa útil com funcionalidade que permita o usufruto imediato dos benefícios pela sociedade; e	I – os empreendimentos sejam destinados a investimento, relativos ao Grupo de Natureza de Despesa 4 (GND 4) , e cujos valores previstos sejam suficientes para a conclusão do empreendimento ou de etapa útil com funcionalidade que permita o usufruto imediato dos benefícios pela sociedade; e
	II - que o valor total dos empreendimentos selecionados esteja adstrito à dotação atual, observada a programação orçamentária e financeira.” (NR)	II – que o valor total dos empreendimentos selecionados esteja adstrito à dotação atual, observada a programação orçamentária e financeira.” (NR)	II – ^ o valor total dos empreendimentos selecionados esteja adstrito à dotação atual, observada a programação orçamentária e financeira.”
	“Art. 2º-B. As ações não discriminadas nas formas estabelecidas no art. 2º ou no art. 2º-A serão executadas diretamente ou mediante transferência voluntária.” (NR)	“Art. 2º-B. As ações não discriminadas nas formas estabelecidas no art. 2º ou no art. 2º-A serão executadas diretamente ou mediante transferência voluntária.” (NR)	“Art. 2º-B As ações não discriminadas nas formas estabelecidas nos arts. 2º ou ^ 2º-A desta Lei serão executadas diretamente ou mediante transferência voluntária.”
Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012	Art. 7º A Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 8º A Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 8º O art. 33 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 33. O fundo mencionado no art. 32 deverá ser criado, administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente pela empresa pública prevista no art. 37 desta Lei.	“Art. 33.	“Art. 33.	“Art. 33.

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
(Elaboração: 22/11/2017 16:42)



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
§ 7º Poderão se beneficiar das coberturas do fundo, na forma do estatuto:	§ 7º	§ 7º	§ 7º
IV - projetos resultantes de parcerias público-privadas na forma da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, inclusive os organizados por Estados ou pelo Distrito Federal, observado o disposto no § 8º;	IV - projetos resultantes de parcerias público-privadas, na forma estabelecida na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 [▲] ;	IV – projetos resultantes de parcerias público-privadas, na forma estabelecida na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 ;	IV – projetos resultantes de parcerias público-privadas, na forma estabelecida na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 ;
§ 8º Os projetos resultantes de parcerias público-privadas organizados por Estados ou pelo Distrito Federal a que se refere o § 7º poderão se beneficiar das coberturas do fundo, desde que:	§ 8º Os projetos resultantes de parcerias público-privadas a que se refere o § 7º, organizados pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal, poderão se beneficiar das coberturas do fundo, desde que:	§ 8º Os projetos resultantes de parcerias público-privadas a que se refere o § 7º, organizados pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal, em regime isolado ou consorciado, poderão se beneficiar das coberturas do fundo, desde que:	§ 8º Os projetos resultantes de parcerias público-privadas a que se refere o inciso IV do § 7º deste artigo, organizados pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal, em regime isolado ou consorciado, poderão beneficiar-se das coberturas do fundo, desde que:
II - a unidade da Federação que pretenda ter garantia prestada pelo fundo relativamente à contraprestação pecuniária ou outras obrigações do parceiro público ao parceiro privado ofereça ao fundo contragarantia em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.	II - os entes federativos interessados na contratação da garantia prestada pelo fundo, relativamente à contraprestação pecuniária ou a outras obrigações do parceiro público ao parceiro privado, ofereçam ao fundo contragarantia em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.” (NR)	II – os Estados, Distrito Federal e Municípios, isolados ou consorciados, interessados na contratação da garantia prestada pelo fundo, relativamente à contraprestação pecuniária ou a outras obrigações do parceiro público ao parceiro privado, ofereçam ao fundo contragarantia em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.” (NR)	II – os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, isolados ou consorciados, interessados na contratação da garantia prestada pelo fundo, relativamente à contraprestação pecuniária ou a outras obrigações do parceiro público ao parceiro privado, ofereçam ao fundo contragarantia em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 786/2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 786, DE 12 DE JULHO DE 2017	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
§ 9º Em caso de cobertura de risco de engenharia, o fundo não exigirá contragarantia.			§ 9º (Revogado)." (NR)
	Art. 8º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta Medida Provisória.	Art. 9º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta Lei .	Art. 9º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta Lei .
	Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
(Elaboração: 22/11/2017 16:42)